

# A participação das pessoas idosas no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa na cidade de Petrópolis

Angélica Veiga da Silva Antunes<sup>1</sup>

Claudia Reinoso Araújo de Carvalho<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo investiga a participação das pessoas idosas no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDDPI) de Petrópolis, RJ, a partir da perspectiva das pessoas idosas e integrantes do conselho. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou observação participante e entrevistas. O contato com o campo e a escuta das narrativas evidenciaram que não existe participação de representantes de grupos de pessoas idosas, nem da população em geral, nas reuniões, apontando como possíveis fatores a falta de divulgação e as reuniões online, que geram fatores psicossociais de afastamento, já que muitos não têm acesso à tecnologia.

## Palavras-chave

Envelhecimento; Psicossociologia; Pessoas idosas; Participação social; Conselho de direitos da pessoa idosa.

## The Participation of Elderly People in the Municipal Council for the Defense of the Rights of Elderly People in the City of Petrópolis

## Abstract

This article investigates the participation of older people in the Municipal Council for the Defense of the Rights of Older People (CMDDPI) of Petrópolis, RJ, from the perspective of older people and council members. The research, which used a qualitative approach, used participant observation and interviews. Fieldwork and narratives revealed that representatives of older people groups, nor the general public, do not participate in meetings. Possible factors include a lack of publicity and online meetings, which lead to psychosocial distancing, as many lack access to technology.

## Keywords

Aging; Psychosociology of elderly people; Social participation; Elderly people's rights council.

Artigo recebido em setembro de 2025

Artigo aprovado em novembro de 2025

## Introdução

Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em março de 2025.

Segundo Albuquerque (2020), existe uma “mudança paradigmática sobre o envelhecimento nas últimas décadas”, e essas transformações têm proporcionado inspirações para novos conceitos e teorias, indicando que a participação social vem sendo associada a grandes benefícios biopsicossociais. Nesse contexto, um ambiente social adequado pode proporcionar suporte e engajamento social, resultando no “reconhecimento da população idosa como atores socialmente aptos a opinar e propor”.

Segundo Debert e Oliveira (2016), os Conselhos de Direitos de Defesa da Pessoa Idosa são espaços criados especialmente para deliberar e definir diretrizes de políticas sociais voltadas para as pessoas com mais de 60 anos, fiscalizando os serviços e atendimentos de entidades públicas e privadas, articulando projetos e atividades que possam contribuir para a solução de problemas que afetam essa parcela da população. Salienta-se que são poucas as pesquisas sobre os Conselhos de Direitos de Defesa da Pessoa Idosa, e as existentes tendem a indicar a fragilidade do funcionamento dessas instituições. Sendo assim, a instituição do Conselho Municipal é importante para assegurar o exercício da cidadania, a participação social e a democratização das políticas públicas voltadas às necessidades da população idosa.

No âmbito municipal, é atribuição do Conselho participar ativamente da elaboração das políticas públicas para atender à população idosa, atentando para sua inclusão no orçamento municipal (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA) e para a compatibilidade da dotação orçamentária para a construção da referida política e as reais necessidades e prioridades estabelecidas, zelando pelo seu cumprimento.

O município de Petrópolis teve o seu Conselho decretado e sancionado pela Câmara Municipal por meio da Lei nº 5.807, de 24 de setembro de 2001. Tal medida foi decorrência da Política Nacional do Idoso (PNI), instituída pela Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, e regulamentada, posteriormente, em 3 de julho de 1996, pelo Decreto nº 1.948.

Apesar da discordância no conceito de participação social, devido ao fato de cada estudo se referir a um aspecto específico de participação social da pessoa idosa, pode-se afirmar que esta é importante e valorizada na velhice. Trata-se de um componente de excelência e com poder de influência em vários aspectos da saúde das pessoas idosas; entretanto, pode ser alterada por fatores ambientais, sociais e pessoais (Aroogh; Shahboulaghi, 2020).

Neste contexto, este artigo investiga os aspectos psicossociais que interferem na participação das pessoas idosas nas reuniões do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDDPI) do Município de Petrópolis e nas percepções de seus representantes sobre o papel do Conselho enquanto agente motivador dessa participação.

## Metodologia

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, considerando a excepcionalidade contida no objeto da pesquisa. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa é uma escolha assertiva quando se procura respostas para questões muito particulares, pois “se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

A observação participante fez parte de uma das etapas deste trabalho, pois é um método da pesquisa qualitativa aplicado pelas lentes da psicossociologia com o objetivo de aproximar o pesquisador do seu campo, possibilitando um conhecimento inicial muito valioso. É nesse momento que o pesquisador se aproxima do cotidiano e das vivências do objeto pesquisado, respeitando suas características e valores para captar sua dinâmica. Essa etapa foi realizada mediante o uso de diário de campo reflexivo.

Na sequência da etapa de observação participante, utilizou-se como técnica de pesquisa, a entrevista guiada por um roteiro semiestruturado com perguntas abertas. De acordo com Minayo (2009), nesse tipo de entrevista, o entrevistado tem liberdade para se posicionar favoravelmente ou não sobre o tema, sem se prender à pergunta formulada.

A pesquisa contou com dois grupos de público-alvo. O primeiro foi composto por dezoito pessoas da população a partir de 60 anos de idade, sem limitação de autonomia e residentes na cidade de Petrópolis. A entrevista para esse grupo foi realizada em espaços públicos da cidade; seu roteiro contemplou questões envolvendo dados socio-demográficos, percepções sobre o envelhecimento e grau de conhecimento sobre o Conselho.

O segundo grupo foi composto por quatorze pessoas que eram membros do CMDDPI de Petrópolis. O roteiro de entrevista contemplou questões envolvendo dados sociodemográficos e percepções a respeito do envelhecimento, da atuação do CMDDPI na cidade e sobre o envolvimento das pessoas idosas no Conselho.

Para a identificação dos riscos aos participantes, tomou-se como referência a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, conforme parecer consubstanciado nº 6.931.801.

Foram identificados três grupos de riscos mínimos e típicos da pesquisa pelo método de entrevistas: risco de desconforto e vergonha, de grau mínimo, tendo como medida minimizadora a garantia de uma abordagem humanizada, pautada pela escuta atenta, pelo acolhimento do participante e pela obtenção de informações apenas necessárias à pesquisa; risco de quebra de anonimato e sigilo, de grau mínimo, tendo como medida minimizadora garantir a não identificação nominal no formulário; risco de cansaço, estresse e ansiedade, de grau mínimo, tendo como medida minimizadora a entrevista com poucas perguntas,

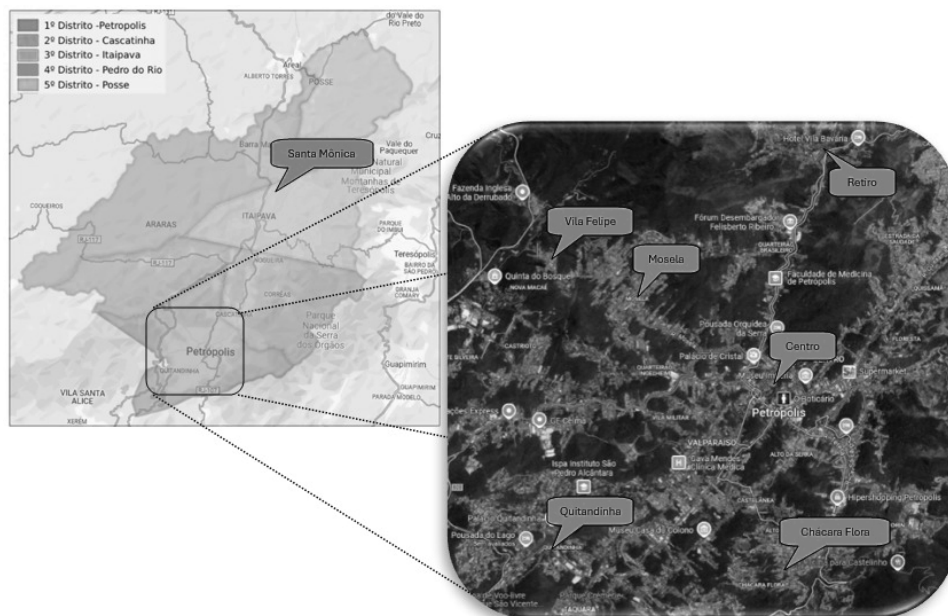
sendo estas curtas, com uma abordagem humanizada e com esclarecimentos de que as respostas são voluntárias.

Para a análise das entrevistas, utilizou-se como referência o método de Bardin (1979) adaptado por Minayo (2009), em que a autora propõe a análise de conteúdo temática desenvolvida em três etapas para trabalhos em pesquisa social. Essas etapas são compostas por pré-análise, exploração do material e interpretação – um trabalho realizado exclusivamente pelo pesquisador, começando pela leitura compreensiva do material selecionado. No segundo momento, foram selecionados trechos (frases ou fragmentos) que se conectaram com a classificação das categorias e os conceitos teóricos que sustentam a pesquisa. Utilizou-se para a transcrição das narrativas o programa Word Microsoft 365 e uma planilha de Excel para organização dos dados e geração dos quadros. Na análise do material coletado no campo, trabalharam-se primeiro as narrativas das pessoas idosas e, sequencialmente, as narrativas dos membros do CMDDPI.

### **Resultados das entrevistas com população 60+**

Foram realizadas dezoito entrevistas entre os dias 18 de julho e 01 de agosto de 2024. Os bairros da cidade de Petrópolis representados nesta etapa das entrevistas foram o Centro, Quitandinha, Vila Felipe, Retiro, Chácara Flora, Mosela e Santa Mônica.

ISSN: 2238-9091 (Online) **Figura 1 - Mapa de distribuição geográfica das entrevistas dos 60+**



Fonte: Elaborada com base no Google Maps e no site da prefeitura.

Ao perguntar aos participantes se eles tinham conhecimento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa de Petrópolis, dos dezoito entrevistados, seis já tinham ouvido falar do CMDDPI. Desse seis, um relatou ter ouvido em um programa de mídia local; outro disse saber que existem reuniões; quatro não apontaram onde tinham ouvido a informação.

Sendo assim, os seis participantes que afirmaram já ter ouvido falar nunca se relacionaram com o CMDDPI. No quadro abaixo, é possível observar o número de participantes por faixa etária e o nível de escolaridade.

Tabela 1 - Entrevistados 60+

Faixa etária	Número de Participantes	Escolaridade		
		Fundamental	Médio	Superior
60 a 64 anos	1	0	1	0
65 a 69 anos	6	2	2	2
70 a 74 anos	3	2	1	0
75 a 79 anos	2	2	0	0
80 a 84 anos	4	1	1	2
85 a 89 anos	1	1	0	0
90 a 94 anos	1	1	0	0
<b>Total de participantes</b>	<b>18</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>4</b>

Fonte: Elaboração própria

A imersão no campo centralizou a atenção para a autopercepção dos participantes 60+ sobre o envelhecimento, na tentativa de captar sutilezas nas falas dos entrevistados sobre suas experiências vividas no decorrer da vida e o significado de envelhecer, na intenção de identificar aspectos psicossociais que se correlacionem com o pensamento de Serge Moscovici, no tocante ao conhecimento individual do sujeito que é construído no contraste social. Ainda nessa análise, a pesquisa tentou detectar nas falas expressões que se conectam aos estudos de Memória Social, de Ecléa Bosi.

As categorias de análise foram identificadas por meio de entrevistas semiestruturadas. Em seguida, aplicou-se o método de análise de conteúdo temática, conforme sugerido por Minayo (2009).

Foram selecionados códigos que identificaram relações, contrastes e memória social. Esses códigos foram relacionados ao referencial teórico da pesquisa, baseados em trechos e palavras-chave das entrevistas. A frequência desses códigos e de suas similaridades foi observada para captar as sutilezas das narrativas dos entrevistados em relação aos objetivos da pesquisa.

## Discussão sobre a participação das pessoas idosas nas reuniões do conselho

**Tabela 2** - Identificação das Categorias de Análise pela Metodologia de Bardin 60+

Categoria	Código	Frequência (incluindo similares)
Relações sociais	Útil	7 citações, 39% dos entrevistados
	Convívio	6 citações, 33% dos entrevistados
	Restrição	1 citação, 6% dos entrevistados
Contrastes sociais	Dignidade	7 citações, 39% dos entrevistados
	Saúde	5 citações, 28% dos entrevistados
	Responsabilidade	2 citações, 11% dos entrevistados
Memória social	Memória	4 citações, 22% dos entrevistados
	Atualmente	3 citações, 17% dos entrevistados
	Experiência	3 citações, 17% dos entrevistados

Fonte: Elaboração própria

A categoria Relações Sociais incluiu as palavras Útil, Convívio e Restrição como códigos de identificação para o senso de relações sociais.

No relato da unidade de registro da palavra útil, o entrevistado O, de 65 anos, demonstrou uma preocupação em não se isolar em casa, acreditando que isso pode gerar um sentimento de inutilidade. Na sua percepção, a sensação de bem-estar tem relação direta com o sentir-se útil. A fala do entrevistado P, também de 65 anos, a palavra útil não aparece de forma direta, mas a narrativa demonstra um estilo de vida em que a utilidade não está limitada a servir a outros, mas a ter a oportunidade de promover o bem-estar a si mesmo, aprendendo e vivendo coisas novas, seja sozinho ou com amigos. Ambos estão na faixa etária inicial para a pessoa idosa e demonstram a necessidade de encontrar o “seu melhor jeito” de viver os próximos anos de vida.

Para a unidade de registro da palavra convívio, tem-se o entrevistado B, de 83 anos, que encontrou na participação da pesquisa uma oportunidade de fazer sua fala de desabafo, relatando que as ativida-

des nos espaços sociais são pensadas para os jovens, e as pessoas idosas só participam se possível. Assim, ele estava tentando expressar o seu interesse em atividades intergeracionais e o fato de que a pessoa idosa gosta de conviver com pessoas mais jovens. Nessa mesma linha de pensamento, o entrevistado I, de 84 anos, apresentou uma fala carregada de muita vontade de viver e o desejo de que não lhe seja tirada a oportunidade de continuar contribuindo com a sociedade. No contexto da conversa, contou que, no período da pandemia da covid-19, foi se adaptando ao uso de tecnologias para manter os relacionamentos em grupos sociais e, dessa forma, ajudar outras pessoas que estavam se sentindo sozinhas e precisavam conversar; também contou que ajudou muitas mulheres idosas a usar o celular.

O código Restrição destacou-se na intensidade da narrativa do entrevistado J, de 67 anos, que relatou sua dificuldade em lidar com o processo de envelhecimento. Na sua percepção, só existem perdas e limitações, demonstrando um certo temor de enfrentar as limitações que esse processo pode vir a causar.

Os códigos Dignidade, Saúde e Responsabilidade identificaram o senso de contrastes sociais. O exemplo remetido ao código dignidade pelo entrevistado F, de 66 anos, parece traduzir um comportamento de alguém conformado com os cuidados de saúde que lhe são proporcionados na rede pública. Entende que está envelhecendo com dignidade, por ter acesso às necessidades básicas de cuidado em saúde, já que seu cônjuge tem a saúde bastante fragilizada, e contou que muitas outras pessoas idosas nem a isso têm acesso. Outro relato interessante foi do entrevistado L, de 78 anos, que comentou que o apartamento em que o casal mora é pago pelos filhos, pois precisaram sair de sua casa própria, localizada em um morro no centro da cidade, depois que o cônjuge teve um grave problema de saúde e passou por cirurgias, não podendo mais subir os muitos degraus das escadas de acesso à residência.

As falas destacadas no código Saúde demonstram uma preocupação dos entrevistados com a falta de condições adequadas de cuida-

do em saúde para a sua faixa de idade. Na mesma unidade, a palavra responsabilidade foi escolhida por aparecer em narrativas em que os entrevistados demonstram preocupação com o gerenciamento dessa fase da vida, citando o fato de não terem sido preparados para esse ciclo. Todas as falas registradas nas categorias Relações Sociais e Contrastes Sociais nos remetem à teoria de representação social, de Serge Moscovici (1978, p.50), pois os entrevistados trazem suas vivências e experiências individuais que foram forjadas no dia a dia, em meio aos contrastes sociais, tornando-os mais fortes enquanto coletivo.

A categoria Memória Social usou como códigos as palavras “Memória”, “Atualmente” e “Experiência”. Foram analisados os contextos em que as palavras foram mencionadas e as conexões com os estudos de memória social.

O exemplo destacado na unidade de registro para o código Memória, citado pelo entrevistado H, de 77 anos, demonstra sua percepção de envelhecimento. No contexto da fala, mencionou não saber exatamente o que significa envelhecer, mas que talvez sejam as “memórias que vão ficando, as coisas que a gente vai lembrando”, e isso faz com que se dê conta de que o tempo está passando. Na sequência, disse que não percebeu a passagem desse tempo, o que imediatamente nos reporta à fala de Ecléa Bosi (2012, p. 19) sobre um corpo que se desagrega à medida que a memória vai se tornando cada vez mais viva, e chama isso de velhice.

Na mesma unidade de registro, o entrevistado R, de 92 anos, contou uma experiência que viveu quando era representante de uma revista de conteúdo religioso, e falou sobre os atrasos dos correios na entrega do material, demonstrando uma necessidade de compartilhar suas memórias. Ecléa Bosi (1993, p. 17) já falava sobre isso quando disse que a memória do indivíduo depende de seus relacionamentos e grupos de convívio. Nesse caso, o grupo de convívio do entrevistado está na igreja, o que ajuda a manter vivo o registro de ter sido representante de uma revista de conteúdo religioso.

Já o código atualmente registrado na categoria Memória Social demonstra compreensão de conquistas de direitos. Na percepção do entrevistado B, de 83 anos, há privilégios em envelhecer nos dias de hoje, pois não é preciso pagar passagem e o idoso tem direito à meia entrada em vários lugares, querendo dizer que as gerações anteriores não usufruíram desse benefício. O entrevistado P, de 65 anos, no contexto de sua fala, relatou brevemente do envelhecimento de sua mãe, que se separou do marido e precisou educar e alimentar os filhos sozinha, sem estudo e sem preparo para a vida profissional. Esses depoimentos demonstram percepção das diferenças no envelhecimento de seus pais e o seu próprio envelhecimento. São relatos que nos conectam ao livro *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*, de Ecléa Bosi (2012, p. 55), em que a autora nos faz refletir que lembrar não é reviver, mas é um recurso ativo que permite reconstruir, repensar o presente a partir das imagens do passado. No decorrer da narrativa, o entrevistado frisou as oportunidades de escolher como quer conduzir o seu envelhecimento, usando a memória do envelhecimento de sua mãe como recurso para repensar o seu envelhecimento próprio.

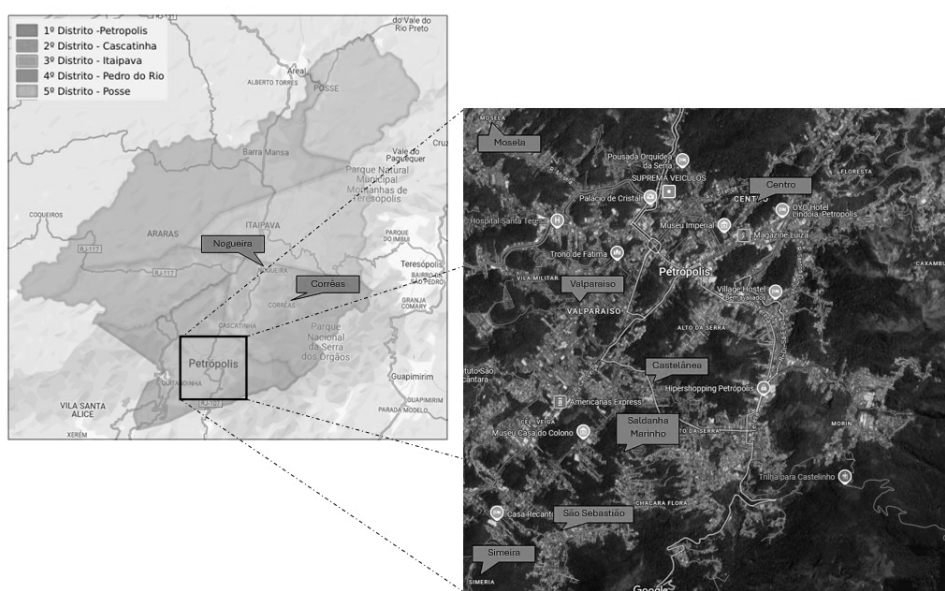
As falas no código Experiência parecem traduzir um tempo de sabedoria para se relacionar com a sociedade atual. O entrevistado A, de 86 anos, falou de experiência e paciência no sentido de que as vivências ao longo da vida resultam em paciência, permitindo um olhar mais compreensivo da sociedade. O entrevistado Q, de 61 anos, que está no início de sua fase como pessoa idosa, também demonstrou a percepção de que o envelhecimento produz experiência. Essas narrativas parecem fazer sentido se conectadas às reflexões de Ecléa Bosi (2012, p. 82), quando diz que “[...] o vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância”.

Eles parecem se debruçar em suas experiências para ressignificar o presente e se tornarem participantes na sociedade atual.

## Resultado das entrevistas com os representantes do CMDDPI

O segundo momento das entrevistas aconteceu com os membros do CMDDPI. Foram realizadas quatorze entrevistas entre os dias 13 de agosto e 21 de outubro de 2024. Alguns entrevistados não são naturais da cidade, mas todos residem no município de Petrópolis, nos bairros indicados a seguir:

**Figura 2** - Mapa da distribuição geográfica das entrevistas dos representantes do CMDDPI



Fonte: Elaborada com base no Google Maps e no site da prefeitura.

Esta fase foi a mais longa da pesquisa, devido a alguns desafios. O primeiro deles foi a dificuldade para contactar os entrevistados, pois os nomes dos representantes estavam desatualizados no *site* da prefeitura; o segundo foi a dificuldade de conseguir espaço na agenda dos membros do CMDDPI. Os contatos foram realizados por e-mail, telefonema, mensagem de Whatsapp e visitas presenciais aos endereços das secretarias e das instituições representadas no Conselho.

A primeira entrevista foi com a vice-presidente do CMDDPI; no final da entrevista, ela indicou o contato de dois representantes, que, sucessivamente, indicaram outros. Dos nove representantes da Sociedade Civil, oito contribuíram com a pesquisa. Dos nove representantes do Poder Executivo, seis participaram, houve uma recusa e dois alegaram indisponibilidade na agenda.

**Tabela 3** – Entrevistados membros do CMDDPI

Representantes entrevistados	Faixa etária	Escolaridade	Profissão	Representando
A	60 a 64 anos	Superior	Empresário	Sociedade civil
B	60 a 64 anos	Médio	Técnico em Contabilidade	Poder Executivo
C	50 a 54 anos	Superior	Arquiteta e Urbanista	Poder Executivo
D	55 a 59 anos	Superior	Advogada	Sociedade civil
E	60 a 64 anos	Superior	Assistente Social/ Professora	Sociedade civil
F	55 a 59 anos	Superior	Advogado	Poder Executivo
G	50 a 54 anos	Superior	Assistente Social	Sociedade civil
H	35 a 39 anos	Superior	Professor	Sociedade civil
I	65 a 69 anos	Superior	Advogado	Sociedade civil
J	40 a 44 anos	Superior	Jornalista	Sociedade civil
K	60 a 64 anos	Superior	Médico	Poder Executivo
L	65 a 69 anos	Superior	Agente Administrativo	Poder Executivo
M	55 a 59 anos	Médio	Professora	Poder Executivo
N	60 a 64 anos	Superior	Psicóloga	Sociedade civil
Representantes da Sociedade Civil				8
Total de representantes do Poder Executivo				6
<b>Total de representantes entrevistados</b>				<b>14</b>

Fonte: Elaboração Própria



As categorias de análise foram identificadas a partir das entrevistas semiestruturadas. Nesta etapa, adotou-se o mesmo método de análise de conteúdo temática aplicado à população 60+. A descrição do quadro analítico é análoga à etapa anterior, porém mais exaustiva, visto que o roteiro das entrevistas continha uma maior quantidade de questões.

### Discussão sobre os aspectos psicossociais que favorecem e desfavorecem a participação das pessoas idosas no conselho

**Tabela 4** - Identificação das Categorias de Análise pela Metodologia de Bardin CMDDPI

<b>Categoria</b>	<b>Código</b>	<b>Frequência (incluindo similares)</b>
<b>Conceito de Território</b>	Pessoas de fora	1 citação, 7% dos representantes entrevistados
	Região	1 citação, 7% dos representantes entrevistados
	Afastadas	2 citações, 14% dos representantes entrevistados
<b>Coesão Grupal</b>	Desafios	3 citações, 21% dos representantes entrevistados
	Acomodaram	2 citações, 14% dos representantes entrevistados
	Desmonte	3 citações, 21% dos representantes entrevistados
<b>Senso de Comunidade</b>	Tenham voz	2 citações, 14% dos representantes entrevistados
	Participação prejudicada	4 citações, 29% dos representantes entrevistados
	Não é meu perfil	2 citações, 14% dos representantes entrevistados

Fonte: Elaboração própria

Na categoria Conceito de Território, foram consideradas palavras e expressões citadas pelos entrevistados que denotassem o entendimento dos conselheiros sobre o significado de “território”; para tanto, destacaram-se os códigos “pessoas de fora”, “região” e “afastadas”.

O representante B (62 anos, do Poder Executivo) refere-se a “pessoas de fora”, dizendo que é muito difícil ter a presença de outras pessoas que não sejam membros do CMDDPI nas reuniões, e presuppõe que um dos motivos possa ser a falta de divulgação. “Pessoas de fora” aqui não se refere exclusivamente às pessoas idosas, mas a todos que não fazem parte do Conselho. Essa fala nos transporta para o conceito de território trabalhado por Milton Santos (2003, p.96): “o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Essa conexão nos faz refletir que, embora o CMDDPI seja o principal organismo de controle dessa população, as pessoas idosas parecem não ter um relacionamento de pertencimento com esse espaço.

O representante G (52 anos, da sociedade civil) nos leva a destacar a palavra “região”, pois em sua narrativa comenta que não adianta discutir demandas de uma região ou território se os protagonistas não estão participando, referindo-se às pessoas idosas. Essa fala imediatamente nos remete à expressão de Milton Santos (2003, p. 96): “o território é o chão e mais a população”, novamente denotando a importância da participação da população nesse espaço que é o Conselho.

O representante H (35 anos, da sociedade civil), em sua narrativa, mencionou a palavra “afastadas” quando nos relatava que o CMD-DPI foi formado predominantemente por pessoas idosas e que havia mobilização desse público em torno das pautas, mas isso foi se modificando com o tempo: “as pessoas foram afastadas ou se afastaram e o acesso foi ficando mais restrito”, nos trazendo à memória o conceito do autor quando diz que “o território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi”. Sentir-se pertencente a um determinado espaço gera comprometimento e propicia um ambiente de trocas.

O representante I (66 anos, da sociedade civil), faz uma narrativa em que a palavra “espanta” está em um contexto semelhante a “afastadas”, pois o contexto é que o local onde deveriam acon-

tecer as reuniões do CMDDPI “espanta” ou afasta a população, já que se trata de uma construção histórica ao lado da sede da prefeitura. Para ele, esse é um dos motivos da população não participar da reunião, e cita outro motivo, que é o fato de as reuniões serem *online* e a população não ter acesso ao *link* para participação. Aqui, a Casa dos Conselhos é o território geográfico, e Milton Santos (2003, p. 96) nos lembra que o território comentado por ele se refere a “território usado, utilizado por uma dada população”. Neste caso, o novo território é o *online*, considerado de difícil acesso para as pessoas idosas.

Para a categoria Coesão Grupal foram considerados os códigos “desafios”, “acomodaram” e “desmonte” e foi observado o contexto em que eles estão inseridos com o objetivo de captar o senso de coesão grupal no conjunto de pessoas que compõem o CMDDPI.

O representante A (61 anos, da sociedade civil) cita a palavra “desafio” para expressar a dificuldade dos representantes em conciliar suas atividades laborais e conseguir tempo para estar nas reuniões, dizendo que não são remunerados para isso, e ainda sugere uma falta de interesse dos representantes do governo em colaborar para que o CMDDPI seja efetivo.

Em contrapartida, na fala na mesma categoria do representante M (56 anos, do Poder Executivo), a narrativa demonstra um desafio na comunicação, pois é relatado que ele deixou o contato, mas não recebe convite para as reuniões, dizendo “sei que existe um grupo, não tenho o grupo dos conselheiros, não faço parte” (referindo-se ao fato de não ter sido inserido no grupo de Whatsapp dos conselheiros). Essas falas nos remetem à teoria psicossocial de Martin-Baró (1989, p. 206), sobre grupo humano, quando diz que o grupo é uma “estrutura de vínculos e relações entre pessoas que canalizam em cada circunstância suas necessidades individuais e os interesses coletivos”, o que nos impulsiona a avançar um pouco mais nessa reflexão, no sentido das necessidades individuais, pois não fica claro se os representantes

do Conselho compreendem a si mesmos como alvo de suas ações.

Outro código selecionado para Coesão Grupal foi “acomodaram”. A primeira expressão em destaque é parte da narrativa do representante D (55 anos, da sociedade civil), que comenta sobre o grupo ter se acomodado com as reuniões *online*: “Eu acho que as pessoas se acomodaram com a questão do digital, do virtual [...], mas eu acho que a participação não está como deveria ser”. O contexto dessa fala está relacionado ao fato de as reuniões terem passado a ser *online* devido a situações atípicas, como a pandemia da covid-19, seguida por desastres naturais como enchentes e deslizamentos de terra que atingiram a cidade de Petrópolis em 2022.

Outra narrativa em destaque para a mesma categoria é do representante N (63 anos, Sociedade Civil), que corrobora a primeira fala dizendo: “Outra questão importante que depois da pandemia as pessoas ficaram trabalhando *online*, então a participação ficou muito restrita apenas aos conselheiros, então acaba que essa participação em geral do público não existe”. Ambas as falas denotam compreender que as reuniões *online* afastaram as pessoas idosas de participarem das reuniões; entretanto, é importante refletir que, ainda assim, as falas não denotam comprometimento pessoal de mobilização para a volta das reuniões presenciais.

Outra palavra destacada para a categoria de Coesão Grupal foi “desmonte”, citada algumas vezes pelos participantes desta etapa da pesquisa. A narrativa do representante E (60 anos, da sociedade civil) denota um cenário de encolhimento do CMDDDPI nos últimos anos, quando diz: “[...] de lá pra cá, eu acho que houve um desmonte, né, eu acho que os idosos se encolheram”. O contexto dessa fala é que, em 2018, nas reuniões presenciais, havia uma participação mais efetiva, com um número representativo de pessoas idosas, e por conta da pandemia as reuniões passaram para a modalidade *online*. A pandemia acabou, mas o hábito já havia sido estabelecido. Ainda no contexto dessa narrativa, disse:

[...] a gente percebeu que também essa dificuldade tecnológica da pessoa idosa o manteve afastado [...] a coisa ficou muito restrita só aquelas pessoas do conselho passaram a participar e as pessoas idosas do conselho, algumas pessoas idosas não vou falar todos começaram a demonstrar muita dificuldade de participar da reunião mediada pela tecnologia.

É interessante perceber que, mesmo sendo observado que as pessoas idosas membros do conselho não conseguiam participar das reuniões, ainda assim, com o término da pandemia, as reuniões continuaram a ser *online*.

A narrativa apresentada pelo representante I (66 anos, da sociedade civil) não traz a palavra desmonte no sentido literal, mas apresenta desafios na qualificação do grupo de representantes do CMDDPI, dizendo: “As pessoas do conselho, infelizmente, são despreparadas tecnicamente, não conhecem a legislação, não conhecem as leis que determinam os direitos dos idosos ...”.

Diante dessas narrativas, parece pertinente a reflexão de que os membros do CMDDPI têm apontamentos de fragilidades do grupo, porém o grupo, segundo os estudos de Lane (1998), é um “nós” que não deve ser transformado em uma soma de individualidades, mas uma experiência histórica, construída em um determinado espaço de tempo como resultado de relações do cotidiano, externando na experiência presente aspectos gerais da sociedade expressos nas contradições que emergem no grupo. Observando as narrativas e as colocações dessa autora, é possível perceber alguns desafios na coesão grupal, já que as falas não demonstram um ambiente de trocas, sugestões e propostas na intenção de tornar mais efetiva a existência do CMDDPI.

A categoria Senso de Comunidade considerou como o que temos chamado de código as seguintes expressões: “tenham voz”, “participação prejudicada”, “não é meu perfil”. Consideramos o contexto das expressões para identificar o senso de comunidade nas narrati-

vas dos conselheiros. A fala destacada para o código “tenham voz” demonstra uma movimentação no sentido de fomentar a discussão sobre o retorno das reuniões presenciais mensais, com o objetivo de estimular a volta da participação das pessoas idosas e representantes de suas comunidades.

Essa narrativa nos traz à memória a fala de Costa (2009) de que o conceito de comunidade é variável, está relacionado com as bases em que está assentado, promove espaço para questionamentos e polêmicas e, assim, gera oportunidade para problematizar. Se pensarmos o grupo de conselheiros também como uma comunidade, conseguimos aplicar as colocações da autora, já que esse grupo é composto por indivíduos que pensam diferente, mas precisam abrir espaço para os questionamentos e problematizações que gerem decisões em benefício de uma comunidade maior, nesse caso os interesses da população idosa de Petrópolis.

Outra fala destacada na mesma categoria tem como código similar ao “tenham voz” a seguinte expressão: “o espaço é dele, não é nosso”. No contexto da narrativa, o representante J (42 anos, da sociedade civil) comentou que existe pouca participação das pessoas idosas nas reuniões do conselho e que é preciso divulgação para que elas saibam que “esse espaço é delas também”. O conselheiro comentou também que um dos desafios é o transporte público, sinalizando-o como fator negativo para que a pessoa idosa saia de casa e vá até o local da reunião.

O código “participação prejudicada” refere-se a fala do representante E (60 anos, da sociedade civil), que, em suas colocações, fez uma breve retrospectiva destacando a pandemia e as reuniões *online* como os principais motivadores da não participação das pessoas idosas no CMDDPI.

O representante H (35 anos, da sociedade civil) no contexto da sua narrativa, disse que, mesmo após a pandemia, as reuniões continuaram a ser *online* porque eles estavam com dificuldade de conse-

guir reunir os membros do conselho. Então, o pensamento é de que seria melhor a reunião virtual do que nenhuma, “porque se for pra ser lá no presencial nem reunião vai ter”, e explicou que a possibilidade de as pessoas idosas se deslocarem para o local da reunião e esta não acontecer é muito grande, já que a frequência dos próprios conselheiros é baixa: “ah, gente, sinto muito não tem quórum, não vai ter reunião hoje”, falou referindo-se à possibilidade de ter que se justificar com a população.

Essa narrativa parece demonstrar que o CMDDPI enfrenta o desafio de conciliar espaço na agenda dos representantes para realizar as reuniões, lembrando que na categoria Coesão Grupal já havíamos destacado a narrativa do representante A (61 anos, da sociedade civil), que disse: “Mas a gente tem muitos desafios, pois os representantes da sociedade civil trabalham, todos têm sua vida, todo trabalho é voluntário, não tem remuneração pra ninguém”. Para corroborar, trouxemos mais uma narrativa da categoria Senso de Coesão Grupal em que o representante I (66 anos, da sociedade civil) disse: “chega ao ponto de dizer que não podem participar da reunião porque ele está trabalhando, tem o conselho como se ele fosse um bico”.

Todos esses atravessamentos de narrativas nos conduzem aos estudos sobre o ser humano, apresentados por Sawaia (1996), em que a autora apresenta um conceito de comunidade que não está assentado na ideia de um conjunto homogêneo, mas o tempo todo vive o conflito entre o coletivo e o individual. Os representantes são pessoas com ocupações e interesses individuais que se dispuseram a participar de um organismo de controle para propor políticas públicas pensando nos interesses de um coletivo, sendo esse coletivo a população idosa de Petrópolis.

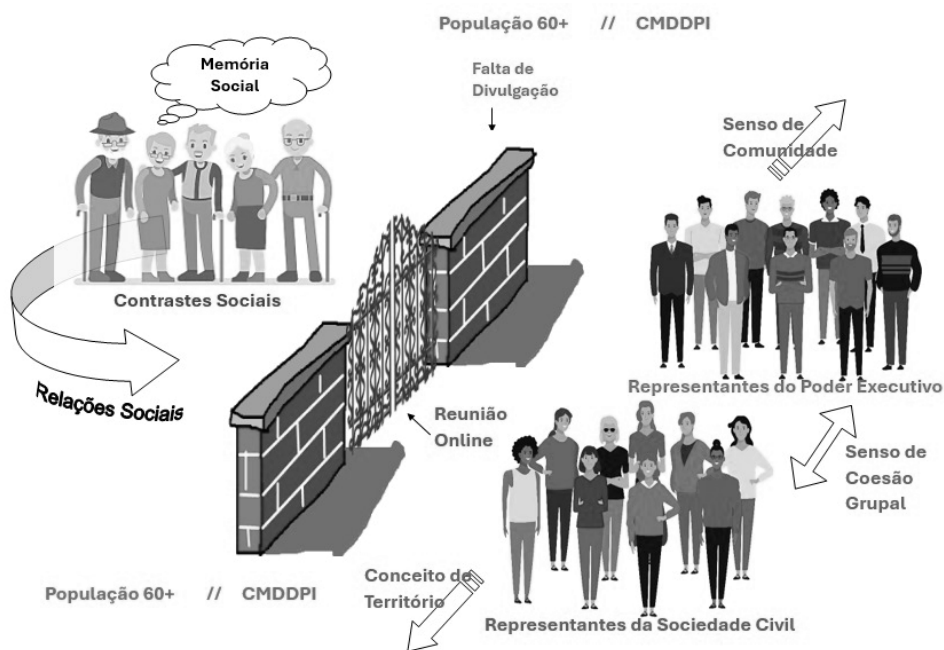
O código destacado para Senso de Comunidade foi a expressão “não é meu perfil”. O representante F (59 anos, do Poder Executivo), ao comentar se tinha experiência em liderança ou representação de grupos, como, por exemplo, de pessoas idosas, disse: “Olha, líder de

grupo eu nunca fui nem tenho essa pretensão porque não é meu perfil”. Ainda no contexto da narrativa, comentou que tem aumentado bastante a participação das pessoas idosas: “Tem aumentado bastante a participação deles”. No entanto, os demais conselheiros dizem não haver participação ou que ela é baixa. A narrativa transmite a impressão de pouco engajamento e desconexo do senso de comunidade.

O representante K (63 anos, do Poder Executivo) disse em sua narrativa que as reuniões são abertas a toda a comunidade, mas não percebe a participação das pessoas idosas: “mas as reuniões são abertas a toda a comunidade, a gente não percebe muito a participação deles não ... eu não vejo muito a participação, a não ser que a pessoa tenha uma demanda própria” Como demanda própria, ele está se referindo a uma necessidade individual da pessoa idosa. Essa fala parece apresentar algumas incoerências, visto que, até o término das entrevistas, as reuniões aconteciam na modalidade *online* e, de acordo com as narrativas da maioria dos conselheiros, de forma restrita, e até os conselheiros idosos deixaram de participar por ter dificuldade com a tecnologia.

Na percepção dos membros do Conselho, os fatores que desfavorecem a aproximação da comunidade externa nas reuniões do CMDMPI são a falta de divulgação e as reuniões *online*, conforme ilustração a seguir:

**Figura 3** - Ilustração dos fatores psicossociais que desfavorecem a participação das pessoas idosas



Fonte: Elaboração própria utilizando banco de imagens de domínio público.

De um lado, temos um Conselho no qual o conceito de território não parece ser unânime; alguns parecem reduzir o sentido de território a uma ação interna para resolver questões administrativas, o que pode ser visto na ação de executar as reuniões online mesmo sabendo que isso significa uma barreira entre o CMDDPI e as pessoas idosas. Por outro lado, foi possível identificar nas narrativas das pessoas idosas um anseio pelas relações sociais, pois expressam o desejo de estar em espaços onde possam contribuir compartilhando a memória social que construíram ao longo da vida, mediada pelos contrastes sociais. Além da barreira entre o CMDDPI e a comunidade externa, o Conselho parece enfrentar desafios internos, demonstrando dificuldade de coesão grupal; isso se evidencia nas narrativas que sugerem falta de engajamento dos representantes do Poder Executivo. De igual forma,

o senso de comunidade também parece ser limitado, havendo distanciamento entre os representantes do Poder Executivo e os da Sociedade Civil. Essa distância vai aumentando quando estendemos o sentido de comunidade para as pessoas idosas e seus representantes.

### Considerações finais

O contato com o campo e a escuta das narrativas evidenciaram que não existe participação de representantes de grupos de pessoas idosas, nem da população em geral, nas reuniões do CMDDPI. Os achados apontam como possíveis fatores a falta de divulgação e as reuniões *online*, que, por sua vez, geram fatores psicossociais de afastamento, já que muitos não têm acesso à tecnologia nem habilidade para lidar com ela. A impressão é que os eventos atípicos dos últimos anos, citados ao longo do percurso, não justificam o não retorno das reuniões presenciais, visto que outros Conselhos se reúnem normalmente na Casa dos Conselhos, com participação da comunidade externa. O local, apesar de ser imponente, não parece ser problema para a população, visto que ali acontecem outras atividades; inclusive, no período da pesquisa, estava acontecendo um projeto de atividade física para pessoas idosas – não promovido pelo CMDDPI – e havia um bom número de participantes.

Acredito que a pesquisa de campo, em sua primeira etapa, contribuiu oferecendo um espaço de escuta para as pessoas idosas que foram entrevistadas e, também, exerceu o seu papel informativo quando explicou para todos os entrevistados que disseram não ter conhecimento do CMDDPI, o papel do Conselho, o endereço da Casa dos Conselhos e a frequência das reuniões. Na segunda etapa, a pesquisa abriu espaço de fala para os membros do Conselho; todos foram contactados, tanto os representantes da Sociedade Civil quanto os representantes do Poder Executivo. Aqueles que optaram por participar da pesquisa puderam usufruir do espaço para compartilhar suas percepções sobre a atuação do CMDDPI na cidade, seus desafios e expectativas para o futuro.

No decorrer das entrevistas com os membros do Conselho, foi possível observar que há pessoas comprometidas de verdade em trabalhar, propondo políticas públicas para a população idosa. No entanto, fica muito evidente a falta de coesão grupal entre os representantes da Sociedade Civil e representantes do Poder Executivo; o senso de comunidade parece ausente, pois o foco está em resolver questões administrativas e evitar a exposição dos conflitos gerados pelas percepções individuais.

Outra questão que ficou evidenciada foi a necessidade de cursos regulares de capacitação para conselheiros municipais da pessoa idosa. Acredito que, se toda pessoa indicada ao Conselho, seja do Poder Executivo ou da Sociedade Civil, passasse por um curso de capacitação antes de assumir a posição, seria possível minimizar alguns atritos e gerar um maior engajamento com a causa da população idosa.

A pesquisa ocorreu em um período de eleições municipais, o que pode ter influenciado nos desafios de acesso aos conselheiros, já que fui informada sobre representantes que se afastaram para participar das eleições. Foram muitas tentativas para entrevistar a presidente em exercício nesse período, mas não consegui espaço em sua agenda.

A vivência no campo despertou muitas indagações que podem ser exploradas em pesquisas futuras. Uma dessas questões é se debruçar sobre os estudos sobre o Fórum da Pessoa Idosa, responsável por indicar o presidente representante da Sociedade Civil, visto que, de dois em dois anos, ocorre a alternância da presidência, fato que aconteceu no final da pesquisa de campo. Outra questão é estudar sobre o Termo de Cooperação Técnica entre o Conselho Estadual e o Ministério Público para capacitação dos Conselhos municipais.

## Referências

ALBUQUERQUE, D. S. *et al.* Participação social no envelhecimento: Concebendo cidades amigas aos idosos. **PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, [s. l.], v. 4, n. 14, 2020.

AROOGH, M. D.; SHAHBOULAGHI, F. M. Social Participation of Older Adults: A concept analysis. **IJCBNM**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 55-72, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BOSI, E. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, p. 277-284, 1993.

BOSI, E. **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos. (17ª ed.). São Paulo (SP): T. A. Queiroz, 2012.

COSTA, S. L.; MACIEL, T. M. F. B. **Os sentidos da comunidade**: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, [s. l.], v. 61, n. 1, p. 60-72, 2009.

DEBERT, G. G.; OLIVEIRA, G. S. D. Os dilemas da democracia nos conselhos de idosos. *In: ALCÂNTARA; A. A. (Org.). Política nacional do idoso: velhas e novas questões*, Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p.516-535.

LANE, S. T. M. Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a psicologia. *In: Campos, R. H. de Freitas (Org.) Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MARTÍN-BARÓ, I. Sistema, **grupo y poder** Psicología social desde Centroamérica II. San Salvador: UCA Ed., 1989. (Colección Textos Universitarios, 10)

MINAYO, M. C. Capítulo I: ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In: MINAYO, M. C. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro, 2001.

MINAYO, M. C. O desafio da pesquisa social. *In: Minayo, M. C. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PETRÓPOLIS. Prefeitura Municipal. **Lei nº 5,807, de 24 de setembro de 2001**. Cria o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa de Petrópolis - CMDDPI - e dá outras providências. Petrópolis: Portal de Legislação, 2001. Disponível em: <https://petropolis.cespro.com.br>. Acesso em: 10 set. 2023.



SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAWAIA, B B. Temporalidade do agora cotidiano na análise da identidade territorial. **Margem Temporalidades**. Tradução. São Paulo: Educ, 1996.

## Notas

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6854-247X>. E-mail: [nutriveig4@gmail.com](mailto:nutriveig4@gmail.com).

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4105-9191>. E-mail: [claudiareinoso@medicina.ufrj.br](mailto:claudiareinoso@medicina.ufrj.br).

